

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Nossos Acionistas e Clientes:
 Submetemos a apreciação de V. Ss., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações financeiras do Banco BNP Paribas Brasil S.A., referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012. O Banco BNP Paribas agrada aos acionistas, clientes e colaboradores da confiança e apoio recebidos, que possibilitaram o desenvolvimento e fortalecimento dos nossos produtos e serviços.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS - Em 30 de junho de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa nº	2013	2012	PASSIVO	Nota explicativa nº	2013	2012
Circulante	12.994.808	13.147.860		Circulante		10.868.829	11.500.487
Disponibilidades	3.254	136.704	(10)	Depósitos	2.935.484	3.546.857	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	8.863.146	4.376.725		Depósitos à vista	174.146	266.166	
Aplicações no mercado aberto	2.703.764	587.753		Depósitos interfinanceiros	103.693	643.127	
Aplicações em Fundos Interfinanceiros	2.927.250	3.685.718		Depósitos a prazo	2.983.224	2.570.868	
Aplicações em moedas estrangeiras	372.122	123.263		Depósitos em moeda estrangeira	74.421	66.696	
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros diversos	(4)	2.830.663	4.243.707	Captações no mercado aberto	3.033.765	1.656.379	
Carteira própria	1.494.098	2.300.696		Carteira própria	418.298	1.171.923	
Vinculados a compromissos de recompra	91.896	1.177.223		Carteira de terceiros	1.885.977	452.958	
Recursos de prestação de garantias	598.960	100.730		Carteira de livre movimentação	729.500	31.499	
Títulos objeto de operações compromissadas com livre movimentação	367.782	31.566		Recursos de ações e emissão de títulos	119.184	491.483	
Instrumentos financeiros derivativos	598.960	633.432		Obrigações por emissão de letras financeiras	94.002	491.483	
Relações interfinanceiras	59.442	1.453		Obrigações por emissão de crédito de agronegócio	25.182		
Pagamentos e recebimentos a liquidar	17	16		Recursos em transito de terceiros	96.970	41.174	
Saldos vinculados - depósitos no BACEN	59.428	1.437		Obrigações por empréstimos e repasses	672.374	1.123.602	
Operações de crédito	(5)	261.158	266.562	Empréstimos no exterior	66.705	961.245	
Setor privado		271.645	272.651	Repasses do país	5.669	64.343	
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(6)	(10.487)	(6.089)	Repasses do exterior	98.014	98.014	
Operações de arrendamento mercantil		-	8.310	Instrumentos financeiros derivativos	(4)	556.138	648.853
Arrendamentos a receber		202.503	179.055	Instrumentos financeiros derivativos		556.138	648.853
Setor privado		(202.503)	(170.745)	Outras obrigações	(3)	3.452.422	3.990.722
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		2.955.680	4.112.727	Contrabando e arrecadação de tributos e assemelhados		6.207	1.134
Outros créditos		3.808.150	3.945.476	Carteira de câmbio	(7a)	3.013.324	3.578.600
Carteira de câmbio		29.657	25.287	Sociais e estatutárias	(7b)	5.059	88.919
Negociação e intermediação de valores		3.728	2.008	Outras obrigações	(7c)	129.414	122.566
Diversos	(8)	136.627	162.831	Negociação e intermediação de valores	(12a)	75.278	27.942
Outros valores e bens		22.400	(21.373)	Divida subordinada	(12b)	7.829	6.939
Despesas antecipadas		1.465	1.663	Diversas	(12c)	216.311	184.622
Não Circulante		3.958.684	2.611.638				
Aplicações interfinanceiras de liquidez		831.277	1.404.927	Não Circulante	(10)	5.117.521	3.484.339
Aplicações em depósitos interfinanceiros		831.277	1.404.927	Depósitos		1.395.563	1.687.339
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros diversos	(4)	1.266.456	177.761	Depósitos a prazo		1.395.563	
Carteira própria		173.672	794	Captações interfinanceiras		17.624	
Vinculados a compromissos de recompra		326.567	239	Depósitos no mercado aberto		107.222	
Recursos de prestação de garantias		673.091	176.728	Carteira de livre movimentação		663.254	107.222
Instrumentos financeiros derivativos		119.768	91.411	Recursos de ações e emissão de títulos		137.043	
Operações de crédito	(5)	119.768	91.411	Obrigações por empréstimos e repasses	(11)	246.625	73.973
Operações de arrendamento mercantil		-	-	Repasses do país		94.751	48.371
Arrendamentos a receber		226.813	329.296	Repasses do exterior		151.874	25.602
Setor privado		(226.813)	(329.296)	Instrumentos financeiros derivativos	(4)	819.317	302.442
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		1.741.423	938.481	Instrumentos financeiros derivativos		819.317	302.442
Outros créditos		1.326.265	600.092	Outras obrigações		1.185.420	2.935
Carteira de câmbio		59.428	2.008	Carteira de câmbio	(7a)	1.340.494	618.156
Diversos	(8)	402.208	328.365	Sociais e estatutárias	(7b)	289.117	238.218
Outros valores e bens		730	88	Outras obrigações	(7c)	315.118	315.118
Despesas antecipadas		416.544	461.024	Diversas	(12c)	45.465	35.659
Permanente		23.592	23.067	Resultados de exercícios futuros		88	2.175
Participação em controladas no País	(9)	11.147	105.940				
Outros investimentos		5.445	4.493	Patrimônio Líquido	(14)	1.384.566	1.226.726
Imobilizado de uso		15.392	18.686	De domicílios no País		92.888	92.888
Outras imobilizações de uso		41.175	40.325	De domicílios no exterior		491.467	491.467
Reservas de lucros		253.783	(21.643)	Aumento de Capital		60.000	60.000
Imobilizado de arrendamento		375.485	417.378	Reservas de lucros		644.395	584.355
Bens arrendados		474.250	488.097	Ajuste de avaliação patrimonial		7.916	(8.868)
Ativos acumulados		98.756	(70.719)	Lucros acumulados		87.940	66.884
Diferido		48	107				
Gastos de organização e expansão		13.139	13.139	Capital social		5.080.000	5.080.000
Amortização acumulada		(13.139)	(13.139)	Capital social		5.080.000	5.080.000
Intangível		1.837	1.766	Aumento de capital		78.167	(78.167)
Ativos intangíveis		3.506	2.715	Operações de crédito		2.502	-
Amortização acumulada		(1.669)	(1.000)	Saldos em 30 de Junho 2012		584.355	-
TOTAL		17.370.916	16.221.552	Saldos em 31 de Dezembro 2012		584.355	60.000

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Para os semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do Patrimônio líquido
			Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	506.188	78.167	88.455	493.398	2.901	-	1.096.049
Ajuste ao valor presente das operações de arrendamento mercantil	-	-	-	-	(11.769)	-	69.386
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	69.386	69.386
Destinações:							
Reserva legal	-	-	2.502	-	-	(2.502)	-
Aumento de capital	-	78.167	(78.167)	-	-	-	-
Saldos em 30 de Junho 2012	584.355	-	90.957	493.398	(8.868)	66.884	1.226.726
Saldos em 31 de Dezembro 2012	584.355	60.000	97.845	544.746	(5.090)	1.281.856	1.668.246
Ajuste ao valor presente - TVM's	-	-	-	-	13.006	-	89.704
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	89.704	89.704
Destinações:							
Reserva legal	-	-	1.764	-	-	(1.764)	-
Aumento de capital	-	60.000	99.600	544.746	7.916	87.940	1.384.566

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Para os semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

- CONTEXTO OPERACIONAL**
 O Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco"), opera como banco múltiplo, na forma da Resolução nº 1.524/88, do Banco Central do Brasil - BACEN, autorizado a desenvolver suas operações por meio de carteiras comerciais, de arrendamento mercantil, de câmbio e de investimento. As demonstrações contábeis elaboradas para o período findo em 30 de junho de 2013, foram aprovadas pelo Comitê de Auditoria em 15 de Agosto de 2013.
- BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
 As demonstrações financeiras são preparadas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN e pela Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 normatizadas pelo BACEN e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.
- Elaboração das demonstrações financeiras**
 A administração efetua estimativas e adote premissas que afetam os montantes dos ativos e passivos apresentados, a divulgação de ativos e passivos contingentes e demais das demonstrações financeiras, bem como os montantes de receitas e despesas reportados para o período do relatório. O uso de estimativas se estende às provisões necessárias para passivos contingentes, provisões para créditos de liquidação duvidosa, valor justo, mensuração de valor recuperável de ativos, reconhecimento e avaliação de impostos diferidos. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.
- Adesão ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade ("IFRS")**
 O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, entretanto, somente alguns foram homologados pelo BACEN. Assim, o Banco, na elaboração dessas demonstrações financeiras, adotou os pronunciamentos contábeis já homologados pelo BACEN. No 1º semestre de 2013 o BACEN não aprovou nenhum pronunciamento CPC.
- Aplicação do resultado**
 As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre os ativos e passivos indexados. Nas operações contábeis elaboradas para o período findo em 30 de junho de 2013, foram adotadas as seguintes práticas contábeis:
 - As receitas de arrendamento mercantil, calculadas e apropriadas mensalmente pela equivalência das contrapartidas no período.
 - O ajuste ao valor presente das operações de arrendamento mercantil.
 - Os rendimentos, encargos e variações monetárias, a indeniza e taxas ocultas incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo.
- Caixa e equivalentes de caixa**
 Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.064/08, incluem recursos em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com convertibilidade imediata ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias.
- Aplicações interfinanceiras de liquidez**
 As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, líquidas dos custos de transação incorridos, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.
- Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**
 Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:
 - Títulos para negociação - Títulos e Valores Mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Os títulos classificados como para negociação são apresentados no curto prazo, independentemente de seu vencimento, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida do resultado do período.
 - Títulos disponíveis para venda - Títulos e Valores Mobiliários que poderão ser negociados, quando o estabelecido pelo BACEN, que requer a provisão consistente de controles, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO Para os semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa nº	2013	2012
Receitas da intermediação financeira		719.926	665.721
Operações de crédito		16.433	17.229
Operações de arrendamento mercantil		26.847	25.804
Resultado de operações com depósitos e valores mobiliários		515.498	545.237
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		13.477	(34.740)
Resultado de operações de câmbio		151.911	112.991
Resultado bruto da intermediação financeira		241.880	217.190
Operações de captação no mercado		(238.258)	(122.069)
Operações de empréstimos e repasses		(198.940)	(109.699)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6)	4.132	(15.167)
Resultado bruto da intermediação financeira		21.694	72.455
Outras receitas (despesas) operacionais		(83.753)	(83.753)
Receitas de prestação de serviços		79.771	58.647
Despesas de pessoal		(73.584)	(79.506)
Recursos em participação em controlada	(9)	6.737	7.298
Outras despesas administrativas		(44.821)	(42.883)
Despesas tributárias		(17.279)	(11.693)
Outras receitas operacionais	(18)	13.326	13.326
Outras despesas operacionais	(18)	(34.323)	(28.821)
Resultado operacional		165.821	133.437
Resultado não operacional		(365)	(417)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		165.456	133.020
Imposto de renda e contribuição social	(15)	(40.009)	(42.881)
Provisão para imposto de renda		(27.008)	(5.074)
Sociais e previdenciárias		(13.001)	(37.807)
Provisão para contribuição social		(18.130)	15.131
Ativo fiscal diferido		5.131	(31.587)
Participações no lucro		(35.743)	(20.753)
Lucro líquido do semestre		89.704	69.386
Lucro líquido por ação - em R\$		537,70	415,91

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Para os semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

	2013	2012
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido ajustado	164.971	95.996
Outros ajustes	54.313	31.587
Depreciações e amortizações	2.935	2.881
Depreciação de bens arrendados	67.405	65.213
Superávit/deficit de operações	(20.478)	3.458
Resultado de participação em controlada	6.149	(7.298)
Ajuste ao valor justo de TVM e derivativos para negociação	4.134	(89.803)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.152)	15.167
Provisão para lucros diferidos	(1.730)	6.481
Provisão para riscos fiscais, civis e trabalhistas e atualização monetária de depósitos judiciais	3.776	9.620
Outros ajustes	(5.313)	31.587
Participações nos lucros e bônus	24.758	25.329
Provisão - outras	928	420
Receitas de prestação de serviços não recebidas	(2.458)	(3.277)
Variação de ativos e obrigações	(1.097.201)	(68.335)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	1.086.405	(96.867)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários e derivativos	392.766	(1.663.481)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras	(53.024)	2.468
(Aumento) Redução em operações de crédito	44.950	4.316
(Aumento) Redução em operações de arrendamento mercantil	(68.059)	38.843
(Aumento) Redução em operações de crédito de agronegócio	(2.282)	3.434
(Aumento) Redução em outros créditos	(421.950)	(348.274)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(1.084)	(897)
(Aumento) Redução de imobilizado de arrendamento	69.890	(69.248)
(Aumento) Redução em depósitos	(591.770)	322.163
(Aumento) Redução em captações no mercado aberto	(57.983)	1.113.524
(Aumento) Redução em recursos de arrecadação e emissão de títulos	381.758	7.439
(Aumento) Redução em depósitos de terceiros	(2.229.548)	485.390
(Aumento) Redução de obrigações sociais e estatutárias	(42.405)	(29.270)
(Aumento) Redução em outras obrigações	408.340	171.390
(Aumento) Redução em resultados de exercícios futuros	315	(865)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(932.230)	29.681
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Moeda estrangeira	5.291.198	7.905.846
(Aquisição) Alienação de imobilizado de uso	(1.146)	(2.098)
(Aquisição) Alienação de diferido		



BNP PARIBAS

BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.

CNPJ nº 01.522.368/0001-82

(Continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Para os semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

As transações com partes relacionadas nas empresas do Grupo BNP Paribas Brasil estão demonstradas, conforme quadro abaixo:

Descrição	2013		2012	
	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)
Depósito em moeda estrangeira	2.488	-	41.413	-
BNP Paribas S.A. Paris	(1.081)	-	(30.417)	-
BNP Paribas S.A. Londres, Montreal, Hong Kong e Tokyo	(1.407)	-	(1.996)	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.527.610	189.966	4.920.773	296.618
Cetelem Brasil S.A. C.F.I.	(1.185.949)	(77.755)	(2.440.625)	(157.111)
Banco BGN S.A.	(2.341.661)	(112.211)	(2.480.148)	(139.507)
Arrendamento mercantil	375.485	24.647	417.378	25.904
Arval Brasil Ltda.	(375.485)	(24.647)	(417.378)	(25.904)
Serviços Prestados a Receber	3.544	1.014	5.433	1.268
Arval Brasil Ltda.	(3.544)	(1.014)	(5.433)	(1.268)
Devedores diversos - exterior	6.152	2.475	50.088	2.266
BNP Paribas S.A. - Nova York	(3.779)	(1.626)	(4.876)	(4.176)
BNP Paribas S.A. - Colombia	(1.650)	(550)	(550)	(550)
BNP Paribas S.A. - Singapura	(723)	(282)	-	-
BNP Paribas S.A. Paris	-	(17)	(44.662)	6.992
Depósitos à vista	(3.122)	-	(1.114)	-
Arval Brasil Ltda.	2.916	-	570	-
Cetelem Brasil S.A. C.F.I.	146	-	78	-
Cetelem América Ltda.	11	-	11	-
Cetelem Serviços Ltda.	10	-	3	-
Cetelem Latin America Holding	4	-	8	-
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	15	-	437	-
Pettis Champs Participações e Serviços	20	-	7	-
Depósitos a Prazo	(62.664)	(2.721)	(49.183)	(2.592)
Cetelem Latin America Holding	-	-	180	8
Arval Brasil Ltda.	47.000	1.978	34.137	1.549
Pettis Champs Participações e Serviços	15.664	743	14.866	1.035
Depósitos Interfinanceiros	(60.012)	(4.399)	(188.174)	(6.217)
Banco BGN S.A.	60.012	4.399	188.174	6.217
Obrigações por operações compromissadas	(26.314)	(722)	(14.601)	(504)
Banco BGN S.A.	26.314	722	14.601	504
Obrigações por empréstimos e repasses	(818.534)	(169.659)	(1.084.861)	(94.236)
BNP Paribas S.A. (Paris, Nova York e Suisse)	818.534	169.659	1.084.861	94.236
Outras obrigações - Valores a pagar sociedade ligadas	(2.344)	-	(2.462)	-
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	2.344	-	2.462	-
Outras obrigações - Dívida subordinada	(284.269)	(29.056)	(259.298)	(24.753)
BNP Paribas S.A. (Paris)	284.269	29.056	259.298	24.753

20. RISCO OPERACIONAL

O Banco BNP Paribas Brasil S/A mantém continuamente o seu processo de análise e monitoramento dos controles internos, incluindo o risco operacional. Com relação ao cálculo da parcela de capital alocada para cobertura dos riscos operacionais, o Banco manteve a metodologia de abordagem básica (BIA), de acordo com as normas do Banco Central do Brasil. O aprimoramento constante das práticas de Governança Corporativa e o investimento contínuo na evolução dos processos e dos controles são objetivos permanentes da Administração. O relatório completo sobre a gestão do risco operacional no Banco BNP Paribas está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

21. RISCO DE CRÉDITO

O Banco, em aderência ao disposto pelo Banco Central do Brasil, designou um diretor responsável pelo gerenciamento de risco de crédito. Esse diretor, bem como a área de gestão do risco de crédito atuam de forma independente das áreas de negócios e são responsáveis pela aplicação da política de monitoramento de risco de crédito, pela classificação e controle dos riscos de crédito, em conformidade com as regulamentações, assegurando um nível de risco aceitável da carteira de crédito do Banco. A área de Risco de Crédito do Banco está inserida na estrutura global de risco de crédito do Grupo BNP Paribas e dispõe de um time de especialistas dedicados exclusivamente ao atendimento desses objetivos. O relatório completo sobre a gestão do risco de crédito no Banco está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

22. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE MERCADO

O Banco emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a risco de mercado. O Banco identifica, supervisiona e controla de forma eficaz cada fator de risco no intuito de permitir que oscilações bruscas dos parâmetros de mercado possam ser observadas sem comprometer os objetivos de médio e longo prazo da instituição no Brasil. De acordo com as normas do Banco Central do Brasil, o Banco nomeou um diretor responsável pelo risco de mercado. Esse diretor em conjunto com a área de gerenciamento do risco de mercado, que funciona independentemente das áreas de negócios, são responsáveis pela administração da política de monitoramento de risco de mercado, a aprovação de planos de trabalho/ações que envolvam novas metodologias, a validação dos novos produtos e as decisões sobre a adoção de ferramentas para a gestão dos riscos. A área de Risco de Mercado conta com uma equipe de profissionais dedicados exclusivamente a estas tarefas e inseridos na estrutura global de risco de mercado do Grupo BNP Paribas. O relatório completo sobre a gestão do risco de mercado no Banco está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

23. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL

A estrutura de gerenciamento de capital instituída pelo BNPP Brasil é composta por um Comitê de Monitoramento de Capital (CMC) e um Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) cujas políticas e procedimentos buscam sempre observar as melhores práticas de governança corporativa e atuar em conformidade com as determinações estabelecidas pelos Órgãos Regulatórios. A estrutura de gerenciamento de capital abrange os impactos no capital do conglomerado financeiro e possíveis impactos associados às demais empresas consolidadas econômico-financeiro de forma compatível com a natureza das nossas operações, a complexidade dos produtos e serviços ofertados aos nossos clientes, bem como a dimensão de nossa exposição a riscos. O relatório completo sobre a gestão de capital do BNPP BR está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

24. RISCO DE LIQUIDEZ

O Banco BNP Paribas Brasil S.A., em conformidade com a regulamentação do Banco Central do Brasil, designou um diretor responsável, bem como estabeleceu uma estrutura apropriada para o gerenciamento do risco de liquidez. Com a aplicação de rígidos padrões locais e globais, além de indicadores de controle e adequado nível de reporte, a gestão de liquidez do Banco visa continuamente cumprir com as determinações regulatórias, honrar seus compromissos com os clientes/mercado, apoiar a estratégia de desenvolvimento do Banco BNP Paribas Brasil S.A., manter o menor custo possível e lidar com eventuais crises de liquidez. O relatório completo sobre a gestão do risco de liquidez no Banco BNP Paribas Brasil S.A. está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

Marcelo Marques Sellan - Contador - CRC 1SP213451/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Srs. Administradores

Banco BNP Paribas Brasil S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

O Banco BNP Paribas Brasil S.A. registra as operações e elabora as suas informações contábeis com observância das práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência (ou insuficiência) de depreciação, classificada no ativo permanente (Nota 2). Essas

práticas não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei nº 6.099/74, para as rubricas de ativos circulante, realizável a longo prazo e rendas/despesas de operações de arrendamento mercantil, mas propiciam a apresentação do resultado e do patrimônio líquido em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, com exceção do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BNP Paribas Brasil S.A. em 30 de junho de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 27 de agosto de 2013

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - Primeiro Semestre de 2013

Introdução

Os membros do Comitê de Auditoria, em atendimento às disposições regulamentares vigentes e de seu Regulamento Interno de 14 de julho de 2004, apresentam Relatório de suas atividades desenvolvidas no primeiro semestre do ano de 2013, no âmbito do Banco BNP Paribas Brasil S/A (BNPP BR).

O Comitê de Auditoria do BNPP BR é um órgão estatutário e foi instituído pela Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2004. Iniciou os seus trabalhos em 1º de julho de 2004, estando composto atualmente por quatro membros, dos quais três diretores estatutários e um membro externo, todos nomeados pela Diretoria Executiva e aprovados pelo Banco Central do Brasil. Também conta com a participação de especialistas, responsáveis pela área de Compliance, Risco Operacional e Auditoria Interna.

Na forma da regulamentação vigente, cumpre ao Comitê de Auditoria avaliar a transparência e qualidade das demonstrações financeiras, a efetividade dos sistemas de controles internos da Sociedade e das suas Auditorias Interna e Externa. As suas análises e conclusões são baseadas única e exclusivamente nas informações recebidas dos organismos de controle existentes na Instituição. Não há trabalhos de campo realizados pelos membros desse Comitê, ainda que a maioria dos membros exerça também funções executivas na organização e que isso facilite o entendimento das questões tratadas durante as reuniões do Comitê de Auditoria.

Por não possuir função executiva, cabe ao Comitê de Auditoria, diante das informações que lhe são apresentadas pelas áreas de controles internos da Instituição e pelas demais convocadas, oferecer à Diretoria Executiva as sugestões de melhoria que entende necessárias, ficando a critério exclusivo desta acolhê-las ou não. O Comitê, representado por seu membro coordenador, apresentou à Diretoria Executiva da Instituição o resumo de suas atividades e as principais ocorrências verificadas durante o primeiro semestre de 2013.

Dentro da sistemática regulamentar vigente, o Comitê de Auditoria reuniu-se três vezes (reuniões 62 a 64) durante o primeiro semestre de 2013. Tais reuniões estão representadas por atas específicas que permanecem à disposição do Banco Central do Brasil. No âmbito das suas atribuições e a partir das informações recebidas, o Comitê de Auditoria não constatou durante o semestre aqui tratado problemas nos controles internos da Instituição que pudessem afetar significativamente as demonstrações financeiras da Sociedade ou a continuidade de suas atividades, tampouco a ocorrência de fraudes de qualquer natureza. Também mereceu registro o fato de que as atividades do Comitê, a exemplo do que ocorreu desde sua implantação, foram livremente conduzidas por seus membros, sem que qualquer obstáculo tenha sido oferecido pela Direção da Sociedade ou qualquer de seus prepostos ao livre e independente encaminhamento de suas atividades.

Durante o primeiro semestre de 2013 as informações contábeis trimestrais foram avaliadas pelos membros do Comitê, que as julgaram corretas e confiáveis.

Ouidoria

O nível de reclamações apresentado à Ouvidoria continua muito baixo. A exemplo do que vem ocorrendo ano após ano, a instituição, através dos órgãos internos competentes, tem mostrado grande habilidade na solução rápida e eficiente dos problemas apresentados pela clientela, fornecedores e terceiros em geral. Esse baixo nível de reclamações comprova também que as operações da Instituição com os seus clientes são realizadas com elevado padrão de qualidade e de conhecimento em relação aos e riscos envolvidos nessas mesmas operações. Foram apresentados regularmente ao Comitê relatórios das atividades da Ouvidoria no primeiro semestre de 2013 que constatou que das 11 reclamações registradas pela Ouvidoria, efetivamente, apenas três delas se referiam a clientes da Instituição e que foram prontamente resolvidas, evidenciando que os canais habitualmente utilizados pelos clientes para a solução de problemas ordinários estão atuando corretamente.

Esse alto nível de excelência no atendimento das questões apresentadas hodiernamente também pode ser comprovada pela existência no encerramento do semestre de apenas uma única ação movida contra a Sociedade por investidor, envolvendo valor efetivamente ímateriais. Durante o semestre aqui tratado foram recebidas 12 reclamações de clientes via Sistema de Reclamações do Banco Central do Brasil. Entretanto, nenhuma dessas reclamações se referia efetivamente a clientes da Instituição.

Relatório de Controles Internos

O Comitê de Auditoria também tomou ciência do Relatório sobre o Sistema de Controles Internos aprovado pelo Diretor responsável nos termos da regulamentação vigente, do qual pôde-se inferir que os sistemas e procedimentos de controle da Instituição foram regularmente avaliados e que não foram constatadas falhas que pudessem influenciar significativamente as demonstrações financeiras da Sociedade. Foi observado ainda que os esforços empregados no atendimento das recomendações feitas por sua Auditoria Interna têm produzido os resultados esperados, permitindo que a Instituição encerre o semestre sem nenhuma recomendação considerada de alto risco, segundo os critérios de classificação adotados pela Auditoria Interna da Instituição. Vale notar que a estrutura de controles internos do Banco BNP Paribas no Brasil é estabelecida dentro de um *framework* que estabelece uma clara definição de responsabilidades, com todos processos devidamente suportados por manuais de procedimentos, uma objetiva segregação de funções, onde quem efetua a transação não a registra, não a controla e nem a liquida, associada a uma separação física e lógica das várias áreas envolvidas, o que evita conflitos de interesses, e possibilitando, um efetivo e eficiente processo de supervisão.

Demonstrações Financeiras

Nas reuniões que realizou, o Comitê de Auditoria recebeu do responsável da área de Contabilidade da Sociedade todas as explicações solicitadas acerca das demonstrações financeiras trimestrais e do semestre, de acordo com as normas contábeis brasileiras, tendo o Comitê concluído que, as demonstrações financeiras apresentavam consistência, qualidade e clareza necessárias. Como habitualmente ocorre, essas demonstrações foram apresentadas em detalhes, notadamente em suas principais mutações, que foram comparadas com as demonstrações financeiras anteriores, permitindo-lhe concluir pela consistência das demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2013.

O nível de provisionamento para contingências judiciais vem se mostrando satisfatório. Os processos tributários mais relevantes estão inclusive amparados por depósitos judiciais, exceção feita aos casos em que a possibilidade de perda foi considerada remota pela Sociedade. É de apenas onze o número de reclamações trabalhistas em andamento no encerramento do semestre contra a Sociedade movidas por ex-empregados e cujos valores não são significativos.

Não há processos judiciais ou administrativos movidos contra qualquer diretor da Sociedade e há apenas um processo de recuperação de crédito, cuja perda encontra-se corretamente tratada pela contabilidade da Sociedade.

Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria também se reuniu com a Auditoria Interna que reportou os resultados e as principais conclusões de seus trabalhos executados durante o primeiro semestre de 2013, a exemplo do que ocorreu com o semestre anterior. Questionada especificamente sobre as demonstrações financeiras, a responsável pela Auditoria esclareceu não ter sido identificado nas missões que realizou qualquer problema nos controles da Sociedade que pudessem por em risco a qualidade das respectivas demonstrações financeiras. Esclareceu também que tem desempenhado suas funções sempre com absoluta independência, não tendo sido imposta qualquer restrição ao seu trabalho pelos demais prepostos da Instituição ou por sua Diretoria Executiva.

Relativamente à efetividade de seus trabalhos vis a vis a regulamentação vigente, a responsável pela Auditoria Interna afirmou que faz parte integrante de seus trabalhos a verificação do cumprimento dos dispositivos legais e normativos aplicáveis à Instituição, bem como de suas normas internas, levando o Comitê a concluir, ao final, que a Auditoria Interna tem desempenhado suas funções adequadamente. Todos os trabalhos realizados pela Auditoria Interna são concluídos com base em extensos relatórios encaminhados também aos membros do Comitê. A apresentação feita pela responsável da Auditoria evidenciou a profundidade dos trabalhos desenvolvidos durante o primeiro semestre de 2013 e a procedência das recomendações formuladas, cujo atendimento é regularmente acompanhado pela área de Controles Internos da Instituição e pelo Comitê de Auditoria. O Comitê concluiu, também, que a Auditoria Interna possui total independência para a sua atuação, não possuindo nenhum tipo de restrição para exercer as suas atividades.

Auditoria Externa

A Pricewaterhouse&Coopers, através de seus representantes legais, diante do Comitê de Auditoria, apresentou relatório de suas atividades referente às demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2013 evidenciando adequada integração com as diversas áreas da Sociedade e conhecimento acerca de suas respectivas atividades. Confirmou aos membros ter atuado com independência e autonomia na condução de seus trabalhos e que nenhum óbice ao desempenho de suas atividades foi encontrado e que todas as informações solicitadas foram sempre recebidas nos prazos ajustados. No âmbito dos controles internos, a PWC afirmou não terem sido identificadas falhas relevantes ou deficiências significativas que pudessem comprometer a qualidade das demonstrações financeiras da Instituição. Atestou que a circularização de correspondências a advogados e outros profissionais apresentou bom resultado. Esclareceu, ainda, que em seus trabalhos relacionados às demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2013; (i) não tiveram nenhuma divergência de opinião com a Administração da Sociedade em relação às demonstrações financeiras da Sociedade, (ii) que não identificaram situações que limitassem o desempenho de suas atividades, (iii) que não tinham conhecimento de nenhuma questão relativa à auditoria ou contabilidade, formulada pela Administração a outras empresas de auditoria.

Também em relação à efetividade de seus trabalhos, foi observado que a Auditoria Independente também avalia o cumprimento pela Sociedade de dispositivos legais e normativos aplicáveis às suas demonstrações financeiras e que predominou uma perfeita integração entre os auditores independentes e as diversas áreas do Banco, permitindo ao Comitê concluir que a Auditoria Independente desempenhou suas funções de forma independente e satisfatória.

Conclusão

Assim, (i) a partir das considerações feitas pelas áreas entrevistadas, (ii) da auditoria Interna que não formulou nenhuma recomendação que pudessem afetar significativamente as demonstrações financeiras da Sociedade, (iii) da empresa de auditoria independente que emitiu relatório sem ressalvas, exceto com relação a forma de contabilização das operações de arrendamento mercantil no Brasil, o Comitê de Auditoria concluiu que as demonstrações financeiras semestrais da Sociedade apresentam informações consistentes, apuradas de acordo com práticas contábeis regularmente aplicadas no Brasil, pelo que recomenda à Diretoria Executiva a aprovação das demonstrações financeiras da Sociedade, encerradas em 30 de junho de 2013 e que será objeto de publicação na forma da lei.

São Paulo, 20 de agosto de 2013.
BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.
Comitê de Auditoria

BNP PARIBAS BRASIL
Mais do que acompanhar os passos de um mundo em mudança, o BNP Paribas é agente desta mudança

O Banco BNP Paribas Brasil exerce sua responsabilidade social através do apoio às Instituições via FUMCAD* viabilizando assim, ajuda a milhares de crianças e adolescentes de todo o país. É também um incentivador da cultura, através da Fundação Cultural BNP Paribas Brasil que apoia via Lei Rouanet as mais diversas manifestações culturais como exposições, livros e concertos.

Este é o papel de uma instituição responsável em um país em profunda transformação.

BNP PARIBAS | O banco para um mundo em mudança bnpparibas.com.br

Sobre o BNP Paribas: O BNP Paribas (www.bnpparibas.com.br) é um dos 10 bancos mais sólidos do mundo de acordo com a Standard & Poor's. Presente em mais de 80 países com mais de 200.000 colaboradores, o BNP Paribas é um líder europeu em serviços financeiros. No Brasil atua nas áreas de Corporate and Investment Banking, Asset Management, Wealth Management e Securities Services. Seu rating BAA+ foi reafirmado pela Standard & Poor's em Dezembro de 2012. *Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. | Ouvidoria: 0800-7715999 / Telefone: 11 3841-3100